

# Os deveres dos indivíduos não estão sendo lembrados

**PAULO PIMENTEL**

Especial para o Folha

Com os anseios reprimidos por atos de força, durante os últimos vinte anos, nos campos político, social e econômico, o povo acumulou esperanças que agora deposita no novo governo. Sufocada pelo arbítrio do regime de exceção, nesse longo período, a Nação não raro se viu surpreendida pelos atos institucionais, decretos-leis e outras normas impositivas, contrárias à vontade popular, de tal maneira que, hoje, com um novo governo de promissor feito democrático, renascem a fé e a confiança, em ambiente de generalizada euforia.

Mas as esperanças transcendem a realidade. A suposição mais ou menos geral é de que nossos problemas cruciais serão todos rapidamente debelados e que o novo presidente da República, quase feito uma versão atual do Messias, detém poderes excepcionais para fazê-lo. O desemprego desaparecerá; a inflação será dominada, com a taxa anual baixando ao nível dos índices mensais de hoje; a economia crescerá; os salários serão compatíveis com as necessidades dos trabalhadores, oferecendo-lhes também condições de acesso aos mesmos benefícios que nunca faltaram às classes mais privilegiadas; as diferenças entre ricos e pobres diminuirão, pela elevação do padrão de vida dos menos favorecidos; a dívida externa será negociada, a nível de governos e vamos impor condições aos credores; as mordomias dos "mandarins" de Brasília vão acabar; os corruptos serão punidos. E tudo o que seja negativo, enfim, será eliminado e, num curtíssimo espaço de tempo, sem mais sacrifícios, surgirá o Eden, na forma da Nova República.

Embora ungido por um Colégio Eleitoral de reduzidas proporções, é inegável que o futuro presidente conquistou o apoio e a confiança de quase toda a Nação. E essa confiança não se dissocia das esperanças que nele se depositam.

Com essa transição do poder absoluto e centralista para a democracia e o federalismo, não apenas o povo, mas também os políticos ganharam, mesmo aqueles que assumiram a postura oposicionista.

Além disso, Tancredo Neves é, reconhecidamente, um homem público de escola, com vasta experiência e conhecimentos profundos para equa-

cionar os magnos problemas nacionais. Mas daí aos milagres que esperam, vai uma longa e intransponível distância.

As frustrações serão inevitáveis e só poderão minimizar-se se o povo sofrido for conscientizado de que a todo direito corresponderá uma obrigação. Esse o "milagre" que os homens conscientes deste país esperam efetivamente, de Tancredo.

O sistema democrático, ao estabelecer bônus, impõe ônus. Por exemplo, para exercer seu papel, na organização e administração da vida nacional, incluindo a formação de receitas para a liquidação de despesas, o estado precisa cobrar impostos, ou seja, participar dos rendimentos de cada cidadão. Para consertar a Previdência Social, inclusive impondo-lhe a necessária moralidade, exigir-se-ão contribuições que não corresponderão aos serviços oferecidos. E assim por diante. Por fim, virá a Assembléia Nacional Constituinte, que formulará nova Carta Magna, com a participação da sociedade. E o novo estatuto político decerto será de tendências liberais, mas não poderá jamais postergar os interesses da comunidade nacional, como um todo. Será o interesse público a exigir algum sacrifício de indivíduos e grupos para o bem coletivo.

Ficamos, pois, ante um imperativo paradoxal: observada a clássica teoria de Montesquieu na concepção tripartida do poder — Executivo, Legislativo e Judiciário — o governo, mesmo egresso de um regime militar, terá que ser suficientemente forte e exigente, no rigoroso cumprimento das normas de conduta estabelecidas nas leis, ao mesmo tempo em que deverá impor a si próprio limites ao exercício da autoridade, para prevenir o possível retorno ao arbítrio. Só assim se chegará ao ideal da chamada Nova República.

Para finalizar, não diria que ingressamos numa democracia de direitos, na qual deveres correspondentes estariam sendo ignorados. Diria, sim, que ingressamos numa democracia de direitos, na qual os deveres correspondentes não estão sendo lembrados. E só na hora em que o forem é que se terá medida da efetiva capacidade de liderança do novo presidente.